

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): DIALÓGO ENTRE PROFESSORES DA SALA MULTIFUNCIONAL E SALA REGULAR UMA ESCOLA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE – CE

Sumara Frota do Nascimento ¹
Francisco Helion Pereira Oliveira²
César Nilton Maia Chaves ³
Jacqueline Ramos Macedo Antunes ⁴
Morgana Timbó ⁵
Adriana Eufrásio Braga ⁶

RESUMO

Esse artigo traz uma perspectiva de análise da inclusão de alunos com deficiência na sala de aula, sobre a importância do atendimento educacional especializado – AEE e o diálogo com os professores da sala regular, em uma escola municipal de São Gonçalo do Amarante – CE. A importância dos profissionais da sala de recursos multifuncionais em destacar para os demais professores sobre os desafios, relevância e práticas realizadas nesse ambiente. Essa investigação apresenta como objetivo geral compreender se acontece a interlocução do professor da sala multifuncional, denominada de Atendimento Educacional Especializado – AEE com os professores da sala regular. Onde os objetivos específicos foram: Contextualizar os aspectos históricos e as políticas educacionais da Educação Inclusiva no Brasil; Apresentar conceitos e características do AEE e; Investigar como se dá a relação entre o professor da sala multifuncional com os professores da sala de aula regular que acompanham alunos com deficiência. A pesquisa é de natureza qualitativa, com base em buscas bibliográficas que contemplaram o trabalho e com pesquisa de campo realizada em uma escola municipal de São Gonçalo do Amarante – CE. Mantendo um referencial teórico bibliográfico, através de pesquisas em obras de especialistas na temática abordada, tais como: Sassaki (2006); Mittler (2003); Figueiredo (2012) e outros materiais especializados, quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram aplicados dois questionários semiestruturados, um direcionado aos quatro profissionais do AEE e outro voltado para quatro professores do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Os resultados apontaram que existe o diálogo entre os professores da sala multifuncional com os professoras da sala regular, e com isso, acontece de forma satisfatória o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, mesmo apresentando desafios do cotidiano.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Escola; Inclusão de alunos com deficiência.

¹ Doutoranda em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC, Bolsista CNPq, sumara.frota@hotmail.com;;

² Especialista em Atendimento Educacional Especializado da Especialização da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul - FAPSS, helionoliveira39@gmail.com;

³ Doutorando em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará – UFC, cesarniltonmc@gmail.com;

⁴ Doutora em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC, jacquelinramos@ufc.br;

⁵ Mestra em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Ceará - UFC, morganatimbo@alu.ufc.br

⁶ Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Educação – UFC, adrianaufc@yahoo.com.br.



1 INTRODUÇÃO

A temática abordada que se direciona para a educação inclusiva, está voltada para a observação de como acontece o diálogo entre o profissional que atua na sala multifuncional e os professores que possuem alunos com deficiência nas salas do ensino fundamental.

Esta investigação se propõe a analisar e discutir conceitos e orientações de alguns autores e através de um estudo de caso, analisar situações que fundamentam a relevância da interlocução do Atendimento Educacional Especializado – AEE junto aos professores da sala de aula regular, essencial no processo de aprendizagem de crianças que possuem algum laudo.

A partir do momento em que os educadores passam a perceber que a aprendizagem acontece de forma diferenciada em cada aluno, fica mais fácil fazer uma avaliação dos motivos pelos quais seu aluno tem dificuldades em aprender. Em muitas situações, os educadores saem à procura de um culpado para esse fator, e a família muitas das vezes é responsabilizada, já que é nesse meio que a criança recebe sua primeira educação.

A todo instante os professores expõem algumas desculpas dos fatores que conduzem o aluno a apresentar problemas em seu aprendizado, para se livrarem da responsabilidade, como a preguiça, a demora na realização das tarefas ou simplesmente a falta de interesse ou de atenção, no entanto, esses pretextos só contribuem para que esses problemas se ampliem, tornando cada vez mais o aluno desmotivado para aprender.

Diante disso, essa investigação apresenta como objetivo geral compreender se acontece a interlocução do professor da sala multifuncional, denominada de Atendimento Educacional Especializado – AEE com os professores da sala regular. Onde os objetivos específicos foram: Contextualizar os aspectos históricos e as políticas educacionais da Educação Inclusiva no Brasil; Apresentar conceitos e características do AEE e; Investigar como se dá a relação entre o professor da sala multifuncional com os professores da sala de aula regular que acompanham alunos com deficiência.

Partindo da hipótese de que quando existe um diálogo entre os professores da sala de aula regular com os profissionais da sala do atendimento educacional



especializado na condução pedagógica dos alunos com deficiência, as possibilidades de êxito do processo de ensino e aprendizagem se tornam mais eficazes, pois a colaboração de todos os envolvidos nesse processo se torna muito importante.

Dessa forma, entende-se que a relevância deste trabalho está pautada na concepção de que o docente precisa conhecer seu aluno, compreender como acontecem os acompanhamentos na sala multifuncional e trocar experiências quanto à aplicação de práticas didáticas que possibilitem a aprendizagem da criança com deficiência. Nessa perspectiva, tem-se como base para esta pesquisa, a busca da resposta para a seguinte questão: Como acontece a interlocução do professor da sala multifuncional, a sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com os professores do ensino fundamental na inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula regular?

A metodologia desta investigação é de natureza qualitativa, com a tipologia exploratória, mantendo um referencial teórico bibliográfico, através de pesquisas em obras de especialistas na temática abordada, tais como: Sassaki (2006); Mittler (2003); Figueiredo (2012) e outros materiais especializados, quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário aplicado aos professores que atuam nas turmas de 1º ao 9º ano, que apresentam alunos com deficiência.

Após esta breve introdução, aponta-se que o estudo foi dividido em seções os quais abordaram: os aspectos históricos e as políticas da educação inclusiva no Brasil; A importância da família no processo de inclusão escolar; Atendimento educacional especializado (AEE) e; a interlocução entre o professor da sala de aula regular com o profissional da sala multifuncional que acompanha os alunos com deficiência. Temos a metodologia e suas características, seguindo a apresentação e análise de resultados, onde foram registradas as análises e discussões dos resultados, destacando e caracterizando as informações coletadas.

Por fim, depois da apreciação investigativa foram explanadas as considerações finais apontando uma abordagem geral do estudo, os objetivos alcançados, o que se espera dos resultados e sua aplicação em novas pesquisas, e as referências bibliográficas nas quais são utilizadas na elaboração deste trabalho.



2 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta como aspecto metodológico um estudo de natureza básica, pois inclui investigações com aplicações práticas. Adota o método hipotético-dedutivo, formulando hipóteses para relatar as dificuldades do problema. Prodanov (2013), aponta que inicia com um problema, segue para a formulação de hipóteses e, por meio de um processo de dedução, verifica o prognóstico do caso de fenômenos que a hipótese mencionada abrange.

Na metodologia de pesquisa, empregou-se a aplicação de um questionário semiestruturado, que incide no emprego de um plano previamente organizado para coletar dados sobre o tema em questão. Esse método fornece informações sobre o que as pessoas sabem, desejam ou sentem, bem como suas intenções e ações em relação ao problema. A abordagem empregada foi a pesquisa qualitativa cujo está mais pautada no levantamento de dados sobre as relações entre professores da sala regular e os que trabalham na sala do AEE, em compreender e interpretar determinados comportamentos das educadoras, em vez de apenas enumerar as informações (Prodanov, 2013).

Com o objetivo de alcançar os objetivos identificados no estudo, este trabalho também se apoiou na pesquisa bibliográfica, que Marconi e Lacatos (2001) definem como a coleta de materiais e documentos acessíveis no meio acadêmico a respeito do tema abordado no trabalho, onde eles explanam que essas informações são essenciais para qualquer investigação.

O levantamento dos dados foi realizado por meio de questionário semiestruturado, visando preservação o caráter subjetivo da pesquisa. Para Gil (2002), a preparação de um questionário versa essencialmente em manifestar os objetivos específicos da pesquisa em elementos bem registrados, podendo afrontar as hipóteses iniciais e teorias com a realidade que se ambiciona pesquisar. Os questionários utilizados foram de dois tipos, um voltado para aos professores da sala de aula regular (10 respondentes) e outro para os professores da sala multifuncional (4 respondentes).

A escola investigada está localizada no distrito de Croatá, situado no KM 63 da BR 222 no município de São Gonçalo do Amarante - Ce pertence a rede municipal de ensino mantida pela prefeitura municipal, subordinada tecnicamente e administrativamente a Secretaria Municipal de Educação.



3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Entende-se que a inclusão se relaciona mais firmemente com o conceito de cidadania plena e ligada ao sentido de ter direitos e deveres garantidos, e devido a isso Demo (2005), aponta que o termo inclusão se tornou uma palavra banal, onde na prática as ações costumam ser em muitas vezes contrárias, pois é fácil querer interpretar a inclusão como sendo uma inclusão na margem, tendo como exemplo o indivíduo pobre que está incluído na sociedade, mas vivendo na margem do sistema, quase fora dele, e assim continua sendo marginalizado, discriminado, mudando apenas a nomenclatura para o termo pobreza.

Deve-se entender que um dos princípios da inclusão social, algo que é tão defendido na sociedade perpassa justamente pela inclusão escolar. Desse modo, no contexto atual, as crianças com alguma deficiência são matriculadas em salas de aula regulares, tanto na rede pública como na privada. Por esses motivos é que surgem também, infelizmente a não aceitação do processo de inclusão. Por isso é bom saber que existe o aspecto legal de direitos que devem ser respeitados.

A primeira Lei que garante os direitos do deficiente está no texto da Constituição Federal de 1988, que garante os direitos de todos os cidadãos, onde o texto diz: “Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, s.p).

Dessa forma, a Lei Magna do país garante total e completamente, sem restrições a educação inclusiva, fazendo da escola um dos principais ambientes de socialização para as pessoas em condição de deficiência. Deve-se entender o que é Educação Especial, para isso a legislação nessa questão também é muito objetiva, dizendo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Brasil, 1998, s.p).



Ressalta-se após uma análise minuciosa desse trecho, e assim se pode afirmar que esses artigos da LDB não deixam dúvidas quanto à utilização de ações efetivamente ligadas ao universo da Educação Especial. E para complementar inclusive todas as instituições que podem atender as crianças com deficiência, o Art. 60 assegura que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público. Fechando todo esse contexto legal diz ainda no seu parágrafo único o seguinte:

Parágrafo único. O poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (Brasil, 1996, s.p).

Assim toda criança ou jovem tem seu direito garantido dentro do ensino regular, com todas as suas prerrogativas legais, não podendo, portanto, ser negado o direito a sua aprendizagem na sua forma específica de aprender. Isso garante que dentro do contexto da sociedade é garantida a inclusão, não podendo uma pessoa com deficiência ter seus direitos cessados por qualquer obstáculo dessa natureza.

Para dar embasamento ao processo educacional de pessoas com deficiência, é possível encontrar o Plano Nacional de Educação, que de acordo com Bezerra (2007, p. 49, *apud* Porto, 2015, p. 35) apresenta os objetivos e metas para essas pessoas:

Desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, e em parceria com as áreas de saúde e assistência social; padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais; formação inicial e continuada dos professores (Bezerra 2007, p.49, *apud* Porto, 2015, p. 35).

Já no ano de 2008 é publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando um processo de reestruturação educacional de forma a consentir não apenas o acesso, mas sim também, a permanência de todos os alunos na escola. Temos também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei Nº 13.146, que foi instituída no ano de 2015 para assegurar e promover, em igualdade de condições, a execução dos direitos e liberdades essenciais das pessoas com deficiência, objetivando à sua inclusão social. Promovendo a



acessibilidade, educação, inserção no campo de trabalho e à justiça.

Em 2025, foi publicado o Decreto Nº 12.686 com foco na pessoa com deficiência, estabelecendo a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, onde determina que não pode ser mais exigido laudos médicos para que a crianças possa ter um atendimento especializado nas escolas. Assegurando os direitos, promovendo a cidadania.

O público alvo dessa política são os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades. Trás também um serviço da educação especial que tem a função de identificar, preparar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que permitam a derrubada de barreiras para a participação total dos alunos, levando em consideração sua deficiência, que são as salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Mesmo com as diversas leis e decretos que abordam os direitos das pessoas deficientes, dos inúmeros programas de inclusão, o discurso da não preparação para se trabalhar com o deficiente ainda existe, bem como é possível nos depararmos com muitos sujeitos fora da escola e dos demais segmentos da sociedade.

3.1 A Sala multifuncional: Atendimento educacional especializado (AEE)

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) emerge como uma diretriz crucial da educação especial voltada para a inclusão, funcionando como um serviço que potencializa a formação do aluno com deficiência. Ele contribui para superar os obstáculos impostos pela sociedade, buscando garantir o acesso não apenas ao ensino, mas também a uma educação de qualidade.

O funcionamento deve ocorrer em turno oposto de estudo do aluno, na sala de recursos multifuncionais, no qual são espaços estruturados com mesas, cadeiras, estantes com jogos, brinquedos e livros, ferramentas didáticas e pedagógicas específicas para atender às necessidades específicas de cada estudante. As ações destinadas ao acompanhamento de alunos com deficiência são adaptadas conforme o tipo de deficiência, para facilitar o processo de aprendizado.

A atuação do atendimento educacional especializado é de suma importância na mediação de conteúdos e atividades diárias para a aprendizagem do aluno com



deficiência que está inserido na sala regular, e esse trabalho deve ter a participação de todos da escola. As propostas educacionais devem ser definidas durante o planejamento das aulas dos professores com o especialista que faz o acompanhamento na sala multifuncional.

Quanto à formação do professor do AEE, segundo o artigo nº 18, Parágrafo 2º e 3º da Resolução do CNE/CEB 2/2001, o professor de AEE deverá ter formação específica, adquirida por meio de cursos de graduação, pós-graduação ou cursos de formação continuada. Em relação à formação do professor na perspectiva da inclusão, pode ser visto abaixo que:

Pedagogia é o único curso de nível superior que possui instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de “consagrar” uma formação coerente com os pressupostos da proposta da Educação Inclusiva (Santos, 2010 p. 37 *apud* Souza, Costa, Holanda 2015 p. 258)

A capacitação do docente e sua habilidade para atuar com estudantes com deficiência nas salas de AEE, a fim de atender às demandas educacionais em uma perspectiva de escola inclusiva, envolve a mediação da ética, do respeito à diversidade e da superação de práticas pedagógicas que frequentemente marginalizam os alunos, segregando-os ou até mesmo excluindo-os das atividades. Isso visa promover ações educativas coletivas com o objetivo de transformar a sociedade e buscar a igualdade, solidariedade e cidadania para as pessoas com deficiência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentadas as informações coletadas na pesquisa, de modo ser viável a realização das análises. A primeira parte dos questionários foi direcionada para o delineamento dos perfis das respondentes, sendo exposta em forma de tabelas, proporcionando uma visão geral. A segunda parte foi direcionada para o alcance dos objetivos da pesquisa, sendo exibida na forma de quadros, de forma a facilitar a compreensão e a distinção das respostas apresentadas para cada pergunta.



4.1 Perfil dos professores participantes

Tabela 1 – Gênero

Gênero	Respondentes
Feminino	(n=6)
Masculino	(n=0)
Outro	

Fonte: da pesquisa (2025).

Tabela 2 – Faixa etária

Faixa etária	Respondentes
Entre 18 a 30 anos	(n=0)
Entre 31 e 50 anos	(n=5)
50 anos acima	(n=1)

Fonte: da pesquisa (2025).

Tabela 3: Formação; Tempo de atuação no magistério; Tempo de atuação na escola.

Escolaridade	Respondentes	Tempo de atuação no magistério	Respondentes	Tempo de atuação na escola	Respondentes
Pedagogia	(n=3)	0 a 5 anos		0 a 5 anos	
Psicopedagogia	(n=1)	5 a 10 anos		5 a 10 anos	
Específica	(n=4)	10 anos acima		10 anos acima	

Fonte: da pesquisa (2025).

4.2 Análise subjetiva em relação à temática

A primeira análise é do questionário das professoras da sala regular. A pergunta está identificada pela letra “P”, os professores estão enumerados P1, P2, P3 e P4. A pergunta 1 indagou se os professores conhecem os objetivos da sala multifuncional. Os professores responderam que sim, pois no início do ano, e nos coletivos, sempre são abordados assuntos voltados para os alunos com deficiência na sala de aula e a colaboração do AEE nesse processo.

A partir das respostas coletadas foi possível perceber que a maioria dos sujeitos tem o devido conhecimento da função AEE na escola, e diante disso, entende-se que essa situação pode ocasionar bons resultados quanto ao processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência.

Conforme o Decreto Lei Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, em seu Art. 3º aponta que são objetivos do Atendimento Educacional Especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços



de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Foi perguntado se sentiam dificuldades para ensinar os alunos com deficiência, dos dez professores, 6 apontaram que não, 3 sim e 1 relatou que às vezes encontra. P3 – “Dificuldades em adaptar os conteúdos e as formas de avaliação para o aluno”. E frente a essa situação, Boraschi (2013), discorre que nem sempre os professores da sala regular são capacitados, informados sobre a situação do aluno, de que forma o conteúdo pode ser trabalhado, por meio de atividades diferenciadas, do lúdico, de atividades práticas, de exercícios significativos para o aluno, etc.

Uma indagação foi: Quais dificuldades você encontra para formar parcerias com os professores da sala do AEE? P2 – “não há momento sistematizado de diálogo, devido ao tempo corrido”; P6 – Devido a demanda ser alta, o tempo escasso, mas conseguimos dialogar”. A fim de que o processo de ensino e aprendizagem desse aluno aconteça de fato, uma das funções que o professor da sala regular poderia adotar é de conciliar seu plano de aula como o planejamento elaborado pelo professor da sala multifuncional para o aluno que recebe acompanhamento, desenvolvendo diferentes estratégias pedagógicas e com isso, promovendo o desenvolvimento do docente (Correia, 2003).

Os professores responderam de que forma promovem a inclusão dos alunos com deficiência em suas aulas? P1 – “Com atividades diferenciadas e lúdicas”; P7 – “Participação das dinâmicas em grupo; buscar informações sobre cada aluno e adaptar as atividades”. Na visão de Lima (2006) para que a aprendizagem aconteça de maneira adequada é preciso desenvolver diferentes estratégias pedagógicas, planejar atividades que sejam do dia a dia do aluno, que sejam atrativas, o emprego do lúdico para o desenvolvimento de novas habilidades, inserir em grupos para a socialização, sempre respeitando os limites individuais.

Segundo, vamos analisar as respostas apresentadas por alguns professores do AEE (AEE1; AEE2). Uma das perguntas foi: O acompanhamento é realizado de forma? Todos apontaram que acontece de maneira individual ou em pequenos grupos, dependendo do nível de aprendizagem deles. Conforme Prado; Freire (2001), o



professor do AEE deve observar a situação de cada criança, adequar suas intervenções pedagógicas ao nível de aprendizagem e limitações, buscando melhorias nos aspectos social, afetivo e sociocultural.

Foi solicitado que descrevessem como se dá a interação com os professores da sala de aula regular em relação ao acompanhamento dos alunos com deficiência. AEE1 respondeu que é regular, de forma colaborativa, na troca de informações. A AEE2 apontou que apesar dos obstáculos, consegue interagir e colaborar na realização das atividades para os alunos, na adaptação dos conteúdos.

Quando acontece uma articulação adequada entre os professores, os resultados satisfatórios, pois, na medida em que a professora do AEE tem conhecimento sobre as práticas da sala regular para com as crianças que são acompanhadas e da mesma forma que os professores da sala regular passam a compreender como se dá e se aplicam estratégias que podem ser realizadas por eles para a aprendizagem dessas crianças em suas salas, benefícios são conquistados por todos que participam do processo (Silva, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após diversas leituras e reflexões sobre a interlocução entre o professor da sala regular e da sala de AEE, é possível descrever que os resultados apontam para uma identificação de competência social desses sujeitos, que necessitam ser aceitos por toda a sociedade, e principalmente pela comunidade escolar.

A investigação através do embasamento teórico mostrou a importância da interação do AEE com o professor em sala de aula com os alunos com deficiência, buscando elementos que possam ocasionar uma aprendizagem adequada. Foi possível apontar que os objetivos foram atingidos, a pesquisa apontou que existe um diálogo entre os professores da sala multifuncional com os professores da sala regular e com isso o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência é beneficiado.

Espera-se que a efetivação dessa pesquisa venha colaborar para a preparação de outros estudos, uma vez que assinala circunstâncias nas quais podem ser aprimoradas e apresentar benefícios não apenas para o aluno com deficiência, mas sim, para toda a educação.



REFERÊNCIAS

BORASCHI, M.B. Alfabetização e letramento em crianças com deficiência Intelectual. Revista eletrônica gestão e saúde. Edição especial, 2013. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. Edição Especial Julho 2013. p. 612-23. Disponível em: <https://11nq.com/ONTf8>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://s11nk.com/s3brR>. Acesso em: 05 de out. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <https://11nk.dev/B4wIr>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <https://acesse.one/gx9eM>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

CORREIA, L. de M. **Inclusão e necessidades educacionais especiais** – um guia para educadores e professores. 2 ed. Revista e ampliada. Porto: Porto Editora. 2008).

DEMO, Pedro. **Inclusão digital** – cada vez mais no centro da inclusão social. Brasília: Inclusão Social, 2005.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Priscila A. **Educação Inclusiva e igualdade social** – São Paulo: Avercamp, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2001.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; ERNANI Cesar de Freitas. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Freevale. 2 ed, 2013.

SILVA, Ana Beatriz B.; GAIATO, Mayra B.; REVELES, Leandro T. **Mundo Singular: Entenda o Autismo**. FONTANAR, 2012.

SOUZA, Maria A. P. de; COSTA, Maria S. O; HOLANDA, Telma R. P. A importância do atendimento educacional especializado (AEE) para a aprendizagem dos alunos com deficiência. In: PORTO, Bruna G. G. F. (et al). **Inclusão: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

